

-----ACTA N.º 1/2014-----

**SESSÃO ORDINÁRIA PÚBLICA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FERREIRA
DO ZÊZERE AOS VINTE E OITOS DIAS
DO MÊS FEVEREIRO DE DOIS MIL E
CATORZE.** -----

Aos vinte e oito dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e catorze, na Vila de Ferreira do Zêzere, Edifício dos Paços do Concelho, face à convocatória para o efeito oportunamente remetida nos termos regimentais, reuniu este Órgão, sob a presidência de Fábio Ferreira dos Santos, tendo como 1.º e 2.º Secretários, respetivamente, Isabel do Rosário Baptista e Sofia Ramos Miguel, com a seguinte **ordem de trabalhos:**-----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

1.º- Apresentação de expediente, nos termos da alínea m) do art.º 29.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

2.º- Ratificação do ato de tomada de posse do representante da ACITOFEBA como membro da Comissão Municipal de Segurança de Ferreira do Zêzere e delegação da competência prevista no n.º 9 da Lei n.º 33/98, de 18 de julho, no Presidente da Assembleia Municipal. -----

3.º- Apreciação e votação da ata da sessão realizada em 20 de dezembro de 2013. ----

4.º- Assuntos gerais de interesse autárquico, ao abrigo do artigo 52.º da Lei n.º 5/2013, de 12 de setembro. -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

1.º- Intervenção e esclarecimento ao público nos termos do art.º 49.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

1.º- Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade e situação financeira do município, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 25 da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

2.º- Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para abertura de procedimento concursal para o recrutamento excepcional de um trabalhador, para preenchimento de posto de trabalho previsto e não ocupado no Mapa de Pessoal de 2014, nos termos do n.º 2 do art.º 64.º da LOE 2014. -----

3.º- Apreciação e votação do projeto de Regulamento Municipal dos Serviços de Abastecimento de Água, Saneamento e Águas Residuais, nos termos da alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

4.º- Apreciação dos compromissos plurianuais efetuados ao abrigo da autorização da Assembleia Municipal de 21 de dezembro de 2012 e 1 de novembro de 2013, conforme n.º 1 do art.º 6.º da Lei 8/2012. De 21 de fevereiro. -----

Presenças: Distribuída a folha de presenças aos membros da Assembleia Municipal, verificou-se a presença de vinte e dois dos seus membros. Nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, compareceu a Dra. Sandra Henriques, na sequência e em substituição do Sr. Luis Ribeiro Pereira, que se encontrava ausente, de acordo com a sua comunicação de 24/12/2014. Tendo sido verificada a sua identidade e legitimidade passou a integrar o plenário da Assembleia. -----

Verificando-se a falta do Sr. Luís Ribeiro Pereira, o Dr. Fábio Santos assumiu a presidência, convidando a Eng.º Sofia Miguel a ocupar o lugar em falta. A Mesa da Assembleia ficou composta da seguinte forma: Presidente, Dr. Fábio Santos; 1.º Secretário, Dr.ª Isabel Baptista; 2.º Secretário. Eng.ª Sofia Miguel. -----

A Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Presidente Dr. Jacinto Lopes e

ATA DE 28 DE FEVEREIRO DE 2014

pelos Vereadores Eng.º Paulo Neves, Dr.ª Elisabete Henriques, Dr. Hélio Antunes e Dr. António Vicente Martins. -----

Abertura da Sessão: Eram vinte e uma horas e dois minutos quando, verificada a existência de “quórum”, o Presidente da Mesa, nos termos regimentais, declarou aberta a sessão da Assembleia Municipal, cumprimentando todos os membros presentes da câmara municipal, assembleia municipal, comunicação social e público em geral. -----

Período da Ordem do Dia -----

1.º- Apresentação de expediente, nos termos da alínea m) do art.º 29.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

O Presidente da Assembleia questionou se alguém queria fazer alguma observação, não se verificando quaisquer intervenções. -----

2.º- Ratificação do ato de tomada de posse do representante da ACITOFEBE como membro da Comissão Municipal de Segurança de Ferreira do Zêzere e delegação da competência prevista no n.º 9 da Lei n.º 33/98, de 18 de julho, no Presidente da Assembleia Municipal. -----

A primeira secretária, Isabel do Rosário Baptista, procedeu à leitura da proposta apresentada: -----

“Proposta de ratificação de ato. Considerando que a Lei n.º 33/98, de 18 de julho que criou os conselhos municipais de segurança, no seu artigo 9.º estipula que os membros de cada conselho tomam posse perante a Assembleia Municipal; Considerando que se tem verificado a inoperacionalidade desta tomada de posse, dado o número de pessoas que integram este conselho, e tendo em conta que os membros a empossar são representantes de várias entidades; Considerando que a tomada de posse é fator essencial e impreterível para o funcionamento do Conselho

ATA DE 28 DE FEVEREIRO DE 2014

Municipal de Segurança; Considerando que o Conselho Municipal de Segurança tem como principais objetivos a prevenção e a tentativa de resolução de problemas de marginalidade e segurança dos cidadãos no respetivo município, trabalhando em prol da segurança e inserção social; Considerando que, a 12 de fevereiro de 2014, nos Paços do Concelho, se realizou reunião do Conselho Municipal de Segurança, onde compareceu um representante da “ACITOFEBEA” com o propósito de integrar esse conselho; Considerando que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Ferreira do Zêzere, Sr. Luís Ribeiro Pereira, estando presente na referida reunião empossou o novo membro do Conselho Municipal de Segurança. Tenho a honra de propor que a Assembleia Municipal: 1 - Delibere ratificar o ato de tomada de posse do representante da ACITOFEBEA como membro do Conselho Municipal de Segurança de Ferreira do Zêzere; 2 – Elabore a alteração do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança de Ferreira do Zêzere, no sentido de delegar a competência da tomada de posse prevista no artigo 9.º da Lei n.º 33/98, de 18 de julho, no Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Ferreira do Zêzere, 28 de fevereiro de 2014. O 1.º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Fábio Miguel Ferreira dos Santos.” -----

Não havendo quaisquer intervenções por parte dos eleitos locais, foi a proposta de ratificação colocada a votação, tendo sido aprovada com 21 votos a favor, zero votos contra e uma abstenção da bancada do Partido Socialista.-----

3.º- Apreciação e votação da ata da sessão realizada em 20 de dezembro de 2013; -----

O Presidente da Assembleia Municipal propôs que a apreciação e votação da ata da sessão realizada a 20 de dezembro de 2013 ficasse para a próxima sessão, visto a mesma não ter sido entregue atempadamente.-----

4.º- Assuntos gerais de interesse autárquico, ao abrigo do artigo 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

A eleita local Catarina Martins interveio, questionando o Sr. Presidente da Câmara para quando é que estava previsto o funcionamento do Concelho Municipal da Juventude. Estaria previsto reunir quatro vezes por ano, já estavam quase em Março e pelo que sabia ainda não tinham sido contactados os representantes para estarem presentes. -----

O eleito local Aires Graça, no uso da palavra, questionou o que é que se previa em relação à iluminação pública, pois, recentemente, tinha necessitado de se levantar às quatro horas da manhã e não havia iluminação pública, pelo que pretendeu saber se a situação é para continuar ou se há perspetivas de alteração.-----

O eleito local Paulo Rodrigues referiu que, em tempos, quando não existia a nova variante de acesso a Ferreira do Zêzere, havia junto à estrada nacional 238, um placard com indicações úteis sobre Ferreira do Zêzere em termos de gastronomia e ou atividades. Deixou a sugestão de que, a exemplo dos *outdoors* que existem à entrada de Ferreira do Zêzere, nomeadamente, da *Zêzerovo* e *das Rações Zêzere*, fosse criado um *outdoor*, que ficasse próximo da saída da A13, onde se publicite o concelho. Finalizou, mencionado que da sua experiência, a A13 seria um ponto estratégico influenciando quem por ali passa, ao invés da simples indicação de Ferreira do Zêzere, que para a maior parte passa ao lado. -----

A eleita local Carla Graça, no uso da palavra, indicou que apenas pretendia ver esclarecida uma questão, nomeadamente em relação a um artigo que o Sr. Bruno Gomes tinha publicado no Jornal “*Despertar do Zêzere*”, acerca do preço dos terrenos da Zona Industrial. Gostaria portanto que o Sr. Presidente da Câmara clarificasse a questão dos preços praticados naquela área. -----

O eleito local Bruno Gomes informou os presentes de uma reunião que teve no Conselho da Comunidade, do Agrupamento de Centros de Saúde do Médio Tejo e, como membro da Assembleia Municipal, não podia deixar de referir alguns dados que lhe tinham sido indicados nessa reunião. Frisou que ficou deveras preocupado com aquilo que ouviu, parecendo-lhe que o concelho não irá passar tempos fáceis com a saúde, com os médicos, e com tudo o que estiver relacionado com o tema. Mencionou que tinha feito questão de ir assentando algumas coisas que tinham sido ditas e uma delas era que havia no Agrupamento do Médio Tejo uma clara falta de médicos. Ficou bastante surpreendido com o facto de não haver viaturas ou, as que existem, já terem muita idade, não se prevendo a aquisição de outras. Ficou surpreendido, sabendo que existe dinheiro para tanta coisa e, neste caso, nem os enfermeiros dispõem de viaturas para fazer os serviços domiciliários, socorrendo-se, por vezes, das suas próprias viaturas. Alertou que se falava, inclusivamente que a maternidade do Centro Hospitalar de Abrantes poderia fechar, se o número de crianças nascidas não aumentasse. Informou que as mães têm ido para Coimbra, fazendo com que diminuam os nascimentos naquela maternidade o que, a continuar assim, poderá levar ao seu encerramento, o que já se fala. Indicou que o Agrupamento tem mais utentes do que residentes, tendo sido dito, também, pela Presidente de Câmara de Abrantes, na qualidade de Presidente do Conselho da Comunidade Intermunicipal que o próximo plano estratégico da Comunidade até 2020 teria a saúde como tema principal. Comunicou que Portugal era o sexto país mais velho do mundo, Ferreira do Zêzere era o segundo concelho com uma variação decrescente intercensitária maior e era o Concelho do Médio Tejo com escolaridade mais baixa. Na doença diabetes, superava a média nacional, mas ao nível de saúde acabava por estar maioritariamente melhor do que a média anteriormente dita.

ATA DE 28 DE FEVEREIRO DE 2014

Indicou que havia um facto preocupante no ACES, o alcoolismo e as drogas nos jovens do ensino secundário. Perguntou se se pensava reabrir algumas extensões de saúde em Ferreira do Zêzere, ao qual lhe tinham respondido para que não pensasse sequer nisso e que apenas se esperava conseguir não fechar mais nenhuma. Mencionou que tinha perguntado, relativamente aos médicos que se iriam aposentar, se seriam ou não substituídos ao que lhe responderam que também se esperava que pelo menos se mantivessem os três que iriam ficar, durante os próximos dois anos. Referiu que lhe tinham dito, inclusivamente, que havia um ou dois internos que tinham vontade de se dedicar a Ferreira do Zêzere através de uma unidade de saúde familiar e, em conversa com o Dr. Vicente, vereador do Município, foi-lhe dito que seria através de Tomar o que possivelmente não seria tão bom, sendo melhor que essa unidade de saúde familiar partisse do concelho. Em conclusão, neste momento, a tendência era mesmo para se agravar e trabalhava-se ao menos para a situação não piorar. Confessou que tinha ficado desiludido e chocado porque a saúde era algo elementar e, por aquilo que se via no país, não era assunto primário. Corria-se o risco do Concelho ficar bem pior do que aquilo que estava, nos próximos dois ou três anos, e achava que era muito mau para o mesmo. Relativamente ao artigo que o próprio tinha escrito no *Despertar do Zêzere* e já que se falava nele, queria dizer que não achava que os preços estivessem avultados, achava que se não havia empresas na zona Industrial, tinha de se pensar na melhor forma para as conseguir ter. Admitiu que preferia ter dez empresas ou armazéns com um ou dois trabalhadores do que ter duas ou três empresas que criassem vinte ou trinta postos de trabalho porque nem isso se tinha sequer. Alertou que não estava de forma alguma a criticar a Câmara Municipal, pois votou o regulamento da zona industrial, tendo-o aprovado, lido e estudado mas, o que queria dizer e alertar, era que se tinha de pensar

ATA DE 28 DE FEVEREIRO DE 2014

naquele assunto de uma forma diferente porque não se estava, de facto, a conseguir trazer empresas para o Concelho e todos sabiam que, sem emprego, cada vez se perdem mais pessoas, não sendo isso que se pretende.-----

O eleito local Armando Alexandre, no uso da palavra, declarou que o tema que queria aflorar era o encerramento das instituições no Concelho. Mencionou que, quanto ao Tribunal, já estava o encerramento como certo, os Serviços de Finanças será a seguir, a Segurança Social também constava que vá pelo mesmo caminho e, no que diz respeito ao Centro de Saúde, constata-se o seu mau funcionamento e a falta de médicos, ou seja, verifica-se um esvaziamento das instituições do Concelho, questionado a Câmara sobre esta temática. Referiu que o Concelho cada vez fica mais empobrecido sem o funcionamento daqueles serviços e, com o fecho dos mesmos, também o comércio irá acentuar a crise, com a falta das pessoas que normalmente se deslocam à vila para tratar dos seus assuntos, recolocando a questão, à Câmara, das soluções ou dos caminhos a seguir para contrariar aquelas situações. Relativamente, ao parque industrial, o qual já se tinha falado, constava-lhe que havia empresas que tinham manifestado interesse em se localizar e, entretanto, tinham ido para outros concelhos, porque, com certeza, lhe teriam oferecido melhores condições. É um assunto, como tinha dito o Bruno, que tem de ser pensado seriamente evitando-se esta perda de oportunidades.-----

O eleito local Eduardo Mendes interveio dizendo que a questão que queria colocar ao Sr. Presidente da Câmara Municipal tinha a ver com os esquemas de transportes, nomeadamente com o programa da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, os transportes a pedido. Referiu que, há pouco, a oposição tinha falado do encerramento do Tribunal e esse encerramento iria provocar a necessidade de mais deslocações em circuitos, que não existem, ou se existem, são com uma frequência

ATA DE 28 DE FEVEREIRO DE 2014

muito dilatada. Também se sabe que nem todas as pessoas dispõem de carro e que muitas, também, não têm capacidade económica para promover o aluguer de uma viatura, um táxi. Questionou quais seriam os caminhos a seguir ou o que é que a Câmara pensa fazer, junto da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, para promover o alargamento ao Concelho de Ferreira do Zêzere do esquema dos transportes a pedido que aliás tem estado a ser seguido com muita atenção por outras Comunidades Intermunicipais. Frisou que a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo está a trabalhar num projeto-piloto, que começou num concelho e que segundo consta já foi alargado a algumas freguesias do concelho vizinho, neste caso, Vila de Rei, sendo de opinião que este facto pouco agradável do fecho de repartições, poderá ser transformado numa oportunidade para criar melhores condições de transporte público com esse projeto. Terminou, evidenciando o desejo de ouvir o Sr. Presidente da Câmara pronunciar-se sobre o assunto. -----

O eleito local José Manuel Duarte interveio dizendo que já, por muitas e diversas vezes, tinha elogiado o rigor orçamental com que, enfim, se tem gerido a Câmara, com que se tem gerido a crise, com que se têm gerido os problemas. Contudo, deu conta de que haveria alguma recomposição política na Câmara ou pelo menos gerida por ela que, seria capaz de inverter um bocadinho a situação e de trazer alguns prejuízos efetivos. Gostaria de ver esclarecida a situação.-----

O Sr. Presidente da Câmara interveio desejando boa noite a todos os presentes e, em resposta à Dra. Catarina Martins, informou que, brevemente, iria iniciar os procedimentos para que o Conselho Municipal de Juventude entrasse em efetivo funcionamento, embora saiba que a juventude socialista anda muito indignada, pelo que se lê nos jornais, por o Conselho Municipal de Juventude ainda não estar a funcionar. Mencionou que era pena que não se indignassem com outras coisas, que

ATA DE 28 DE FEVEREIRO DE 2014

se calhar eram mais dignas de indignação e recordou, por exemplo, que a juventude solidária, e não Juventude Socialista, tinha andado a recolher alimentos em dezembro e, eis senão quando, há pouco tempo, o Partido Socialista se apodera desses alimentos e passou a distribuí-los em saquinhos do Partido. Alertou que se calhar era bom começar a indignação por aí. Respondendo ao Sr. Aires Graça, relativamente à iluminação pública, também motivo de indignação para muita gente, era algo que tinha sido aprovado no anterior mandato por unanimidade, embora depois algumas pessoas tivessem “rasgado as vestes” e já não tinham nada a ver com aquilo. Referiu que tinha sido uma medida que se aprovou a meio do mandato, infelizmente e dizia infelizmente porque alguns pensavam que não tinha sido ele que tinha querido que se implementasse mais cedo. Infelizmente, não tinha sido possível implementá-la antes porque, se tivesse ido avante, o problema estaria atualmente resolvido. Só foi possível implementá-la já na fase final do ano com o desligar das 2 às 5 horas da manhã. Frisou que, como sempre foi dito, era uma medida transitória e, como tal, a prova estava à vista porque os senhores Presidentes de Junta e, ali queria fazer um agradecimento público, tinham feito um excelente trabalho, de forma rápida, eficaz e quase todos já o tinham concluído. Também não era necessário andarem todos a correr porque era um trabalho complicado porque se ia desligar no mínimo dos mínimos 1200 candeeiros. Portanto não era algo que se fizesse de um dia para o outro. Informou que a freguesia de Igreja Nova, já estaria religada na totalidade durante a noite, atendendo a que o Presidente de Junta, Sr. José Manuel, conseguiu indicar os candeeiros a desligar, que foram cerca de 90, se não lhe falhava a memória. Sendo a freguesia uma das mais pequenas, foi mais fácil a identificação dos candeeiros com a vantagem de ter sido usada a zona industrial que também apresentava focos de luz desnecessários. Clarificou que a instrução que

ATA DE 28 DE FEVEREIRO DE 2014

deu, se é que podia dar instruções à EDP, foi para que, à medida que em cada PT fossem desligados os candeeiros indicados, fosse logo ativada a iluminação durante a noite toda. Portanto, pode acontecer que dentro da mesma freguesia se verifique essa disparidade de horários de iluminação até que o processo seja concluído na íntegra. O processo apresentou alguma dificuldade com medidas pelo meio que não agradaram a todos, tendo sido solicitado a todos os Presidentes de Junta a identificação dos candeeiros desnecessários e se houve alguns que apresentaram resultados outros não indicaram nada. A iluminação pública subiu de 9 cêntimos o KW para 14,15 cêntimos, dependendo das zonas e tipo de contrato, e o IVA passou de 6 para 23%, o que levou a uma subida astronómica dos gastos. Lembrou, ainda, que o Município está a receber um milhão de euros a menos por ano. E quer no mandato passado quer no presente, implementaram-se benefícios, como o fornecimento de refeições, os livros, entre outras coisas, o que levou a que com menos dinheiro se verifique um investimento maior nas gentes do Município. Afirmou que o dinheiro não esticava e, portanto, era preciso tomar medidas difíceis, sempre pensando no bem-estar da população. Estas medidas, que considerou, não terem efeitos imediatos, sendo medidas a médio longo prazo, são por si defendidas sem qualquer receio em as levar por diante, independentemente de qualquer calendário eleitoral que nunca o impediu de agir em devido tempo. Portanto, nunca se pensasse que deixava de fazer medidas a pensar em eleições ou porque tinha medo das mesmas. Comunicou que acreditava que, provavelmente, dentro de um mês a dois meses, dependendo também do ritmo de trabalho da EDP, ter-se-ia novamente o Concelho todo com iluminação desde o pôr-do-sol ao nascer do sol. Informou que a medida previa o desligamento de cerca de 1200 candeeiros e, por exemplo, houve freguesias que tinham de desligar cento e setenta, sensivelmente, e

ATA DE 28 DE FEVEREIRO DE 2014

apresentaram trezentos e oitenta. Frisou que era um sinal que havia muito candeeiro que não fazia falta, sendo certo que as instruções que tinha dado e aquilo que tinha pedido a todas as freguesias, era para que não se desligasse nenhum candeeiro ao pé de casas. Foi isso que se pediu e, se aconteceu algo em contrário, as pessoas deviam pedir novamente para o candeeiro ser religado. Reafirmou, novamente, que todas as instruções que tinham sido dadas, eram no sentido de não se desligarem candeeiros perto de casas. Mencionou, ainda, que, como haviam de perceber a iluminação pública era algo estático, pois, um dia colocava-se um candeeiro porque havia naquele sítio uma casa habitada, ou, noutra rua, colocavam-se quatro ou cinco candeeiros porque passavam ali umas crianças que iam para a escola e depois as crianças acabavam o primeiro ciclo, o segundo ciclo, licenciavam-se e os candeeiros continuavam no local sem qualquer utilidade. A iluminação era estática e havia que lhe dar mais dinâmica. Era um apelo que deixava aos Presidentes de Junta e a todas as pessoas que, sempre que detetassem candeeiros que não faziam falta, indicassem para que se pudessem desligar, tal como pedia que sempre que encontrassem zonas onde faziam falta, dissessem para serem ligados. Onde era preciso tinha de haver a coragem para os colocar porque sendo o dinheiro importante, a segurança das pessoas e o seu bem-estar tinham muito mais importância, pedindo a ajuda de todos para gerir esta situação que era complicada. Considerou, não ser difícil, a cada pessoa ao pé da sua casa, ou por onde passe, ao aperceber-se da falta ou excesso de iluminação comunicar essa situação ao Presidente da Junta, ficando a contar com a ajuda de todos nessa tarefa. Continuando e respondendo ao Dr. Paulo Rodrigues, informou que a colocação de *outdoors* na A13 era das coisas mais complicadas que existia. Colocar uma simples placa a dizer Ferreira do Zêzere na A23 podia ser esquecido. Colocar na A13 um *outdoor*, ou tinha de ser uma coisa ou muito bem

ATA DE 28 DE FEVEREIRO DE 2014

pensada e colocado longe ou então usar a estratégia de alguns que, era colocar um camião para suporte da mesma, para lhe dar o carácter de precaridade, uma vez que é proibida a fixação de qualquer publicidade na zona de intervenção da estrada. Informou conhecer poucos casos de Municípios que tenham *outdoors* perto das autoestradas, pois só tem de haver capacidade financeira para fazer um *outdoor* gigantesco, implantado fora da área de proibição, para ter leitura, o que custa uma fortuna. Mencionou, ainda, que quem dizia aquilo, dizia também a sinalização que já se anda a pedir desde que a autoestrada abriu, para ser colocada junto ao Sr. Leonel Rocha, no Beco, e na zona de Alviobeira. Informou que os pedidos eram sucessivos e as respostas nulas. A possibilidade de ser a Câmara a colocar a suas expensas também está fora de questão face às normas existentes. Na zona do Beco a Câmara já fez algumas intervenções, em estradas do domínio municipal, melhorando as indicações e diminuindo os problemas de circulação existentes. Relativamente à saúde, um tema, atualmente, debatido no dia a dia, vislumbram-se duas hipóteses, sendo a primeira a de colocação de médicos por parte do Ministério da Saúde, como costumava fazer e a segunda a criação de uma unidade de saúde familiar (USF) dinamizada por alguém da zona. Confessou que tem sido muito claro, sendo a sua segunda prioridade, que Ferreira do Zêzere não perdesse influência, mas a sua primeira prioridade era que as pessoas tivessem médico de família. Fez questão de o dizer na reunião que, se para ter médicos de família para todos, o Centro de Saúde ou a USF que estivesse ali, tivesse que ser gerida por alguém de Tomar, de Marraquexe, fosse de onde fosse, colocava os médicos de família à frente da perda de influência do Centro de Saúde. Se fosse esse o preço a pagar para se terem médicos de família, dava de mão beijada. Informou, ainda, que já tinha lançado o repto ao Dr. Vicente e ao Dr. Rafael, para a criação da USF em Ferreira do Zêzere.

ATA DE 28 DE FEVEREIRO DE 2014

Referiu que tinha um pedido de reunião com o Dr. Leal da Costa, Secretário de Estado da Saúde, para auscultar a sua opinião em relação a este assunto. Segundo sabe as USF não funcionam ao fim de semana, estando em cima da mesa por um lado um cenário com poucos médicos, mas onde todos são atendidos, mesmo sem médico de família e outro com toda a gente com médico de família atribuído mas que não funciona ao fim de semana, podendo, neste caso, ser gerido por alguém estranho a Ferreira do Zêzere. Frisando que gostaria de ver alguém com capacidade para gerir a saúde em Ferreira do Zêzere, lembrando, no entanto, que neste momento, a saúde em Ferreira do Zêzere é gerida pelo Ministério da Saúde, alguém lá longe, não sendo da responsabilidade da Câmara ou alguém de cá. Portanto, entre isso e, provavelmente, ter uma USF, que seria uma extensão do concelho vizinho, do mal, o menos. Se isso garantisse a existência de médicos de família, se calhar o caminho a seguir seria esse, sendo sua opinião que o ideal seria que alguém ligado à terra tomasse em mãos a situação e criasse a unidade de saúde familiar. Adiantou, ainda, que brevemente teria novidades face ao agendamento de uma reunião para o dia 7 de Abril para discussão do assunto. Pronunciando-se sobre a zona industrial e aos preços praticados, considerou que estes não seriam os mais baratos do país porque começavam em € 2,51 € e iam até € 0,01, sendo, portanto, extremamente caros para uma zona infraestruturada com água, saneamento, gás, eletricidade, alcatrão, não se pagando mais nada por isso. Basta comprar o terreno, entrar e instalar, não sendo como algumas zonas industriais, em que se tem de ficar a vida toda a pagar um condomínio. O custo é meramente simbólico, não sendo caro nem sendo barato, é simbólico. Em sua opinião não é o preço que impede a fixação de empresas em Ferreira do Zêzere, pelo que solicitou ao Sr. Bruno Gomes que lhe dissesse em que é que o atual regulamento impedia a vinda de empresas, pois não

conseguia identificar lá nada que impedisse a vinda das mesmas. -----

Estabeleceu-se uma pequena conversa. -----

O Sr. Presidente da Câmara retomou a palavra, dirigindo-se, novamente, ao Sr. Bruno Gomes, dizendo que sabia que havia uma certa tendência, às vezes para o *show-off*. Compreendia isso, mas já devia ter percebido que não se colocava em *bicos de pés* para aparecer no *show-off*, na fotografia, nem nunca o veria a colocar-se. E, também, pensava que não era assim que se resolviam os problemas. Não era por fazer um comunicado que em vez de ser *Maria* se deveria chamar *Manuel* e que iria pintar o cabelo de outra cor, que resolvia o problema. Referiu que, acreditava tanto que a zona industrial de Tomar ia ter mais empresas, por aquilo que tinham anunciado, como acreditava que lhe sairia a sorte grande algum dia, mesmo jogando. Aludiu que na zona industrial de Ferreira do Zêzere, não era pelo facto de se fazer mais ou menos *show-off*, que viriam empresas. Poderia sim ter mais ou menos empresas se o trabalho que tinha feito no dia anterior, com o Ministro Poiares Maduro, desse frutos. Informou a esse propósito que no dia anterior, tinha tido uma reunião com o Ministro Poiares Maduro, em que uma das coisas que lhe tinha pedido, era para a AICEP começasse a olhar para o interior. Pediu para o Governo, via AICEP, começar a olhar para o interior e a discriminar no interior de maneira positiva. Pediu ao Ministro, para que em territórios de baixa densidade, como Ferreira do Zêzere, o Estado através da AICEP, começasse a colocar investimentos e em vez de os levar sempre para o litoral, começasse a implantá-los em Ferreira do Zêzere, Mação, ou Sertã porque se ficassem na zona era bom, se ficassem em Ferreira do Zêzere era ótimo. Concluiu que isso, sim, podia trazer empresas e, não era o facto de os terrenos serem a um euro ou a cinco ou sete. Lembrou que há uns anos a Câmara esteve disponível para vender um terreno de 100 mil metros

ATA DE 28 DE FEVEREIRO DE 2014

quadrados a um cêntimo para uma empresa, que não veio para Ferreira do Zêzere e foi pagar € 75,00 por metro quadrado pois, quis ficar onde havia comboio, e um porto perto. Teve conhecimento de outra empresa que se iria instalar em Famalicão, a qual tinha contactado a AICEP e, a primeira condição imposta, era que tinha x milhões para investir mas tinha de ser num concelho que permitisse que a sede da empresa ficasse a vinte minutos, no máximo, de distância de um aeroporto. Informou que estava a contar ir a Paris, ver se conseguia vender a zona industrial de Ferreira do Zêzere a alguns empresários portugueses que tinham algum sucesso em França. Não sabia se iria conseguir mas iria lá na mesma, sendo certo que, atualmente, não é fácil, pois há pouca gente a fazer investimentos. Frisou que Ferreira do Zêzere está mais atrativo, está mais central, tem melhores vias de comunicação mas continuava a ser um concelho do interior, longe do mar, de um porto, de uma estação de comboios e com portagens para cá chegar. Portanto, considera que esta situação é difícil de ultrapassar, não sendo por o Presidente da Câmara andar por aí a rodar muito que se faria a diferença, ou até poderia fazer, não sendo, contudo, um fator determinante, o que não impedia que de o fazer. Terminou, dizendo que nunca o veriam andar por aí a gabar-se e a dizer que tinha andado atrás desta ou daquela empresa, porque depois viria o Sr. Armando Alexandre dizer que as empresas tinha fugido, questionando-o, de seguida, a indicar quais foram as empresas que tinham fugido, face ao seu desconhecimento de que alguma tenha contactado a Câmara. -----

O eleito local Armando Alexandre, respondendo à questão apresentada pelo Presidente, disse que há algum tempo atrás, havia algumas empresas que queriam instalar-se em Ferreira do Zêzere. Só que depois, e por isso tinha feito a pergunta, no diz-que-diz de rua, se tinha dito que houve uma empresa que tinha ido para o

ATA DE 28 DE FEVEREIRO DE 2014

Concelho A, outra para o Concelho B e não tinham ficado em Ferreira. Portanto, era essa a pergunta que fazia. -----

O Presidente da Câmara, retomando o uso da palavra, referiu que o diz-que-diz era tramado porque a única empresa que, tinha ouvido dizer que, vinha para Ferreira do Zêzere, de certeza, era uma fábrica de acordéons mas se o Partido Socialista ganhasse as eleições. De resto, empresas que tivessem vindo a Ferreira do Zêzere e tivessem ido instalar-se noutra local, não sabia de nenhuma. Confessou que se orgulhava de, desde que estava na Câmara, as poucas empresas que tinham aparecido, tinham saído com os lotes comprados. Admitiu que, muitos não o saberiam, mas havia muitos lotes vendidos na zona industrial, que não tinham iniciado a construção. Destes, havia muitos lotes que a Câmara já podia ter recuperado e devolvido o dinheiro a quem os comprou, considerando, no entanto, que fazer isso seria um erro histórico. Se a Câmara fosse pedir à empresa para devolver o terreno argumentando que já tinham passado alguns anos e não tinha sido construído nada, a empresa nunca mais construiria. Como de momento não há falta de lotes, não se justifica essa medida. Enquanto a empresa for detentora do lote há sempre a perspectiva, de investimento, pelo que, enquanto for Presidente de Câmara, só em caso de extrema necessidade procederá ao resgate desses lotes. Quanto ao encerramento dos serviços e respondendo ao Sr. Armando Alexandre, lembrou que o tema não é novidade e que já se tinha começado a falar em encerramento de serviços num Governo do Partido Socialista, com um programa chamado PREMAC. Também não escondia que tinha sido algo bem pensado. O problema é que, quando se está no Governo, quer-se a uma coisa e quando se está do outro lado quer-se precisamente o contrário. Também não é seu desejo que encerrem serviços em Ferreira do Zêzere, mas todos têm consciência daquilo que era o país e tem de se

ATA DE 28 DE FEVEREIRO DE 2014

perceber que não há dinheiro para tudo. Pela sua parte, tudo fará para que não se encerre mais nada, mas não sabe se irá conseguir, sendo pena que, alguns, só agora se lembrem que as coisas estão neste pé, não sendo esse o caso do Sr. Armando Alexandre, que em 28 de junho de 2012, o acompanhou a Lisboa. No entanto, atualmente, há muitos que enchem a boca, falam no *facebook*, são os paladinos “*contra os encerramentos*” mas na altura que em que tinha sido preciso ir a Lisboa, estava calor e, não foram. O Tribunal estava com a sentença lida, não de agora mas desde 2008/2009, altura em andava nas listagens de Tribunais a encerrar. Lembrou que, já no tempo do Partido Socialista, se falava que iriam fechar 87, se não lhe falhava a memória, tendo vindo a ser reduzidos e agora fecharão apenas 20 mas, desses 20 que fecham, ainda ficam alguns como secções de proximidade, sendo esse meio caminho para encerrarem a seguir. Embora soubesse isso, desafiou a Sra. Ministra a colocar uma secção de proximidade em todo o lado, durante uns anos, após avaliação encerrasse aqueles que não tivessem movimento. Como facilmente se conclui os 20 que fecham, foram combinados entre o PS e o PSD pois não é, por mero acaso, que fechavam 10 do PS e 10 do PSD. Mas, como há poucas Câmaras PSD, como dizia o Eng.º Paulo Neves, tinha de calhar a Ferreira do Zêzere. Em relação ao serviço de Finanças e à Segurança Social, não Casa do Povo, como diz o Sr. Bruno Gomes, pois esta já fechou há muitos anos, informou que possuía algumas informações adicionais, que de momento não podia divulgar, pois na reunião tida com o Ministro e com o Secretário de Estado, tinha-lhe sido pedida alguma reserva, atendendo a que se trata de um processo complexo que está a ser tutelado pelo Ministro Poiães Maduro, mas que envolve o Ministério das Finanças e o Ministério da Solidariedade, portanto, um conjunto de grandes ministérios. No entanto, podia dizer, como já tinha dito há algum tempo atrás, no seguimento de uma reunião que

ATA DE 28 DE FEVEREIRO DE 2014

tinha tido com o Primeiro-Ministro, Passos Coelho, há uns meses atrás, que tinha ficado com alguma esperança e também tinha transmitido, em reunião de Câmara, que não iriam fechar mais serviços em Ferreira do Zêzere. E, no dia anterior verificou que o caminho continuava a ser esse, mas iria haver mudanças e reformulações, não ficando tudo como estava. Os Ferreirenses não iriam perder serviços, e isso era o mais importante. Correndo como estava previsto, e não era preciso correr bem, era preciso correr como estava previsto, poder-se-ia ficar com uma ou outra valência em Ferreira do Zêzere que, atualmente, não se tinha. Ferreira do Zêzere, presentemente, não tinha qualquer Posto de Atendimento ao Cidadão (PAC) mas podia, com o novo modelo, ter o chamado “*espaço do cidadão*”. Adiantou ainda que talvez se pudesse vir a ter serviços descentralizados nalgumas freguesias mais longínquas do concelho. Podia-se, no limite, ficar um bocadinho melhor do que o que se estava. Fosse verdade e consiga o Ministro implementar tudo aquilo que lhe falou, a ele e aos seus colegas de Mação e Sardoal e isso seria uma realidade. Porque, nestas coisas, também existe a política e havendo eleições em Maio, ninguém quer ir para eleições com algumas ameaças em cima, de boicotes ou outras coisas tais, que poderiam acontecer se as pessoas não estiverem minimamente sensibilizadas para o fato de que as coisas podem vir a melhorar. Esclareceu que deixou bem vinculado que se se verificassem movimentos para boicotar as eleições, nunca ficaria do lado do PSD e, colocar-se-ia do lado das populações porque não podia andar a fazer folhetos a dizer que o seu partido era Ferreira do Zêzere e depois fazer o contrário. Portanto, se houver movimentos nesse sentido, podiam contar com ele para estar à frente para boicotar as eleições europeias e ou para fazer valer os interesses de Ferreira do Zêzere. Acreditava que o Governo não iria deixar chegar esse ponto porque já tinha percebido que isso

ATA DE 28 DE FEVEREIRO DE 2014

poderia vir a acontecer e, iria rapidamente colocar na rua a solução que estava desenhada. Não será uma solução única para o país, pelo que não há que admirar que, Ferreira do Zêzere tenha a solução A, Vila de Rei tenha a solução B e Tomar tenha uma solução C. Será sempre uma solução à dimensão de cada concelho, pensando que o essencial é garantir os serviços à população, seja em Ferreira do Zêzere, seja em Águas Belas, seja onde for, desde que não se percam serviços e desde que as pessoas possam tratar dos seus assuntos. Mostrou-se esperançado com aquilo que ouviu e acabou de transmitir, pensando que os Ferreirenses poderão, no limite, ficar até um bocadinho mais bem servidos do que aquilo que estão. Aquele assunto iria entroncar com aquilo que o Dr. Eduardo Mendes tinha falado sobre os transportes a pedido. Quando esteve com o Ministro aproveitou para lhe dizer que era fundamental, para aquela ideia funcionar, existirem transportes a pedido tal como já acontece como projeto piloto em Mação e que irá ser alargado ao Sardoal e a Abrantes, perspetivando-se que, brevemente, possa ser alargado a todas as Câmaras da CIMT. Alertou que isso terá custos para a Câmara porque a rodoviária, como todos sabem, não faz favores a ninguém mas se for para o bem da população e a um custo comportável para a Câmara, aceitará a situação, sendo certo que as pessoas irão sempre ter de pagar alguma coisa, pois ninguém vem do Beco ou dos Chãos para Ferreira do Zêzere, de forma gratuita. Mas, só o fato de haver mais transporte já pro si só é bom e se for a um custo suportável para todos, quer para as pessoas, quer para a Câmara, deverá optar-se por esse caminho. Em 2019 irão cair todas as concessões que as rodoviárias têm, e que neste momento impedem outros de utilizar os mesmos percursos. A sua extinção irá dar alguma liberdade às Câmaras de poderem beneficiar de algumas coisas, podendo-se aproveitar desde já a experiência do transporte a pedido e o *know-how* adquirido com os transportes

ATA DE 28 DE FEVEREIRO DE 2014

escolares, que já se fazem. Informou de seguida que a Câmara tinha comprado um novo autocarro e não um autocarro novo, o qual já se encontra a trabalhar, para substituição do outro que atingiu dezasseis anos e segundo umas mentes iluminadas do Governo, um autocarro com dezasseis anos não pode transportar crianças, se for propriedade da Câmara Municipal, mas se for de uma rodoviária já pode. Voltando ao projeto dos transportes a pedido alertou que aquele transporte, numa primeira fase, será só dentro de cada um dos concelhos sendo alargado numa fase subsequente e quando fosse possível para uma rede intermunicipal, dando, assim, uma resposta mais adequada às necessidades das pessoas, nomeadamente colmatar a deficiência dos transportes inter-hospitalares. Para terminar e a propósito da questão apresentada pelo Dr. José Manuel Duarte, a qual não tinha percebido bem mas pensa tratar-se da recomposição do Gabinete do Secretário dos Vereadores. Foi de opinião que o Dr. José Manuel Duarte tinha de deixar de ler os jornais e os comunicados do Partido Socialista retirando, desta forma, uma rica oportunidade ao Partido Socialista para brilhar, porque esta questão deveria ter sido feito pelo mesmo. Ao contrário do que o Dr. José Manuel pensa e do que pensa o Partido Socialista, não se está a gastar mais dinheiro, mas sim a poupar dinheiro. Era pena que, mais uma vez, o Partido Socialista, com a necessidade de gerar notícias, na espuma da onda começou logo a escrever que se fazia tarde. Lembrou, aos mais distraídos, que os vencimentos dos vereadores a meio tempo, a tempo inteiro e dos secretários dos vereadores eram públicos. Não são fixados pelo Presidente da Câmara e encontram-se publicados no *Diário da República*, desafiando-os a lerem, antes de se pronunciarem. Sabia que dava trabalho ler e fazer contas mas é para não fazerem figuras tristes, porque iria ser chato, na semana seguinte, lerem no jornal a resposta do Partido Social Democrata. Frisou que a reformulação apresenta uma poupança

ATA DE 28 DE FEVEREIRO DE 2014

mensal de 410,68 € ou seja uma poupança anual de 4.928,16 €. Pelo menos deveria pensar-se que era uma pessoa a menos e portanto um subsídio de alimentação a menos. Bastaria ter verificado quanto ganha um vereador a tempo inteiro e quanto é que ganham dois vereadores a meio tempo cada um e ter verificado que dois meios nem sempre significava um. Referiu que como haviam de perceber não estava ali para ser apanhado nas curvas e, sabia, também, que às vezes era frontal e sincero demais havendo pessoas que não merecem isso. Informou que tinha escrito no documento que entregou na reunião de Câmara, mas não tinha de o fazer, porque a nomeação dos secretários era responsabilidade sua e a nomeação dos vereadores a tempo inteiro e a meio tempo, até determinado limite, também. Sabia que tinha escrito que não iria admitir ninguém para o lugar de secretário, tendo agora explicado porque é que nomeou a Dra. Sandra Carvalho como secretária. Referiu que a Sandra era tanto sua secretária, ou secretária dos Vereadores, como havia de lhe sair mais uma vez o euro milhões. Como todos sabem, toda a gente está a sofrer cortes no vencimento e ela não era exceção, já tendo dado provas de que era uma excelente jurista. Apercebeu-se que ela se estava a preparar para ir embora porque tinha tido uma proposta melhor. Trata-se de uma jovem que casou há pouco tempo, vem todos os dias de longe e 100 ou 200 euros por mês, fazem muita diferença. Portanto, tinha sido com o intuito de a manter na Câmara de Ferreira do Zêzere, que a tinha nomeado como secretária dos Vereadores. Se era justo para os restantes colegas? Não era. Mas aqueles que tinham tido a hombridade de lhe perguntar porque é que a tinha nomeado sabiam a razão. Os outros que preferiram falar no corredor iam continuar na ignorância. Assim, era uma maneira de a fixar e de a manter cá porque só se tinha aquela, tinha-se tido a sorte no concurso que se tinha feito, ela ter ficado, e era uma pena perdê-la por 100 ou 200 € por mês. Mas

ATA DE 28 DE FEVEREIRO DE 2014

continuava a ser, apenas e só, jurista da Câmara, portanto não fazia trabalho nenhum de secretariado. Logo, formalmente estava cumprido aquilo que tinha dito de que não nomeava ninguém e, na prática não, porque ela estava nomeada, embora não desempenhasse o cargo. Gostaria de conseguir fazer o mesmo, não diria a todos os funcionários, mas a mais alguns, mas não pode. -----

O Sr. Bruno Gomes interveio, direcionando o seu discurso ao Sr. Presidente, dizendo que encarava o debate político entre eles de forma leal, com frontalidade e achava que o Dr. Jacinto também, ficando agradado por isso. Afirmou que na campanha de solidariedade, tinha entregado dez ou doze sacos no concelho e, em nenhum deles ia a identificação do PS. Fez questão de verificar que não ia lá nenhum autocolante do PS. Referiu que as pessoas nem sequer sabiam o que era a JS. Dessas 10 ou 12 casas, 2 ou 3 estavam na iminência de cair e ficou chocado com as situações que existem no concelho. Não era Presidente de Câmara, não tinha acesso àquelas questões como o Presidente tinha e bem, mas esperava que as entidades que estavam avalizadas para resolverem aquelas situações, resolvessem aqueles assuntos de forma rápida. Era muito sincero, e quem o conhecia, sabia perfeitamente que nunca se aproveitaria de um momento daqueles para fazer campanha ou o que quer que fosse. Nunca o tinha feito, não o tencionava fazer. Também não tinha entregue 100 ou 90, como o Sr. Presidente de Câmara tinha feito e muito bem, e achava que devia continuar a fazê-lo. Mas que acreditasse que tinha ajudado com toda a vontade, durante duas tardes, tinha tido alguma dificuldade em entregar aqueles sacos porque tinha sido uma campanha da JS em conjunto com mais jovens e, portanto, solidária. Mencionou que tinha chegado ao ponto de se perguntar a si mesmo, como é que era possível num país como este, haver situações como as que viu. Esperava bem que a Câmara Municipal tivesse condições para as

ATA DE 28 DE FEVEREIRO DE 2014

resolver, pois certamente, não seria fácil. Disse, também, que sempre tinha feito questão de referir que as pessoas tinham sido referenciadas pelos Presidentes de Junta e, chamasse a primeira pessoa que dissesse que tinha feito alguma campanha partidária. Podia acusá-lo de tudo menos de fazer política da forma a que se referia. Relativamente, à fábrica de acordéons, um sonho, seu, desde sempre acalentado, e esperava bem que o Sr. Presidente estivesse vivo no dia em que isso se concretizasse, pois tem conseguido cumprir os sonhos, mais cedo ou mais tarde. Nunca se sabe se conseguirá ter cá uma fábrica. Era de seu agrado e do agrado de todos que isso acontecesse. Ficava contente em saber que o Sr. Presidente andava a trabalhar para trazer mais empresas para o concelho e que iria a França nesse intuito. Por último, referiu que ainda bem que tinha sido elucidado acerca da passagem da vereação, aliás do terceiro vereador a tempo inteiro. Tinha uma boa relação de amizade com todos os vereadores e, não era nenhuma acusação pessoal mas acha que se abriu um precedente para o futuro da Câmara Municipal e acha que era demais evidente que iria haver aumento de custos com o pessoal. A Câmara Municipal, de momento, não precisava de ter mais um vereador a tempo inteiro, e em sua opinião, de momento o vereador que melhor estava a trabalhar naquela Câmara Municipal era o Dr. Hélio, por quem tinha uma grande estima pois se não fosse ele, o concelho não tinha a visibilidade que tem, achando que é perfeitamente merecido o lugar que ocupa e espera que continue, não deixando, no entanto, de ser um precedente que se abriu. O Partido Socialista emite os comunicados que entende porque está na Assembleia para trabalhar para os Ferreirenses e pretende mante-los elucidados. Neste caso, o Partido Socialista não tinha aquela informação de que era uma jurista que ocupava o lugar de secretária dos Vereadores. -----

A eleita local Sofia Miguel, no uso da palavra, disse que relativamente à

ATA DE 28 DE FEVEREIRO DE 2014

necessidade de substituição dos Vereadores, ficou claro e ninguém tinha colocado em causa a sua legitimidade e, de facto, a Câmara Municipal tinha de fazer alguma coisa para fazer uma substituição quando ela assim ocorresse, quando era necessária. Ninguém punha em causa o trabalho do Hélio, nem ninguém estava a pôr em causa a necessidade ou a falta dela da pessoa que, tinha sido nomeada mas que se compreendesse que, na teoria se dizia que estava garantido o que se tinha prometido, mas na prática afinal até não estava, era natural que houvesse ali uma confusão, a qual se queria ver esclarecida. Da forma, como o Sr. Presidente tinha respondido à questão da zona industrial, não percebia porque é que lhe custava tanto ser questionado, porque é que ficava tão indignado. Estava-se a questionar, havia aqui perguntas que tinham sido feitas e gostava de as ver respondidas e gostava muito que tivesse uma resposta concisa para dar. Se ela fosse esclarecedora, ficava muito satisfeita. Relativamente à campanha de solidariedade afirmou que gostava muito da Juventude Socialista, estava de saída da mesma mas ainda pertencia àquela estrutura e pertencia também ao Partido Socialista, e fazia-lhe um bocado confusão que se viesse ali falar e, o Bruno já tinha dito, de uma campanha de recolha de alimentos, como se tivesse sido feita em proveito de qualquer tipo de campanha política. Frisou que tinha estado na parte da recolha dos alimentos e na parte de distribuição mas, não tinha acompanhado toda a distribuição dos alimentos, como não tinha acompanhado toda a recolha que tinha sido feita. E, também não tinha visto saco nenhum do Partido Socialista. Mas garantia que havia um processo que se tinha desencadeado de uma forma e, para clarear as questões, afirmou que tinha havido um processo de recolha em dezembro, uma campanha solidária. Entretanto, tinha-se tido um período em que tinham recebido os nomes das famílias e, estavam vários Presidentes de Junta que podiam confirmá-lo, tinham recebido nos *timings* que, os

ATA DE 28 DE FEVEREIRO DE 2014

Presidentes de Junta contactados tinham entendido dar. E isso tinha sido competência dos Presidentes de Junta. Tiveram Presidentes de Junta a fazerem um excelente trabalho de levantamento, que lhes tinham dado as coisas todas, e outros que nem por isso. O *timing* não tinha sido o mais correto mas, estas coisas acabam sempre por atrasar. E era bom que se dissesse e era bom que aquilo ficasse clarificado. Tendo as listas das Juntas de Freguesia, tinha-se passado, então, à parte da distribuição. Alertou que a distribuição era a segunda coisa mais difícil do mundo a seguir à colocação de *outdoors* na A13 porque as casas eram muito difíceis de encontrar, as famílias nem sempre estavam preparadas pois não sabiam o que é se estava a passar. Naquele caso, custava-lhe um bocado ler nas entre linhas e, pediu ao Sr. Presidente que fizesse o favor de quando tivesse alguma coisa a dizer, o fizesse porque sabia que o fazia muito bem. Mas, não os condenasse se fizessem o mesmo, se o questionassem. Havia assuntos que achavam que eram do interesse público e, competia à Câmara responder as vezes que fossem necessárias. O Presidente já informou que ia fazer um comunicado no jornal em direito de resposta, o qual queria ler e tinha todo o gosto nisso. -----

O eleito local José Manuel Duarte interveio dizendo que não queria criar nenhuma explosão, mas de fato, queria até elogiar o Bruno Gomes, do que era um *show* político, porque anteriormente tinha conseguido suportar e tão bem a questão dos autocolantes nos saquinhos e tinha virado a questão de novo para Câmara. Mencionou que, pessoalmente, tinha muito interesse em saber se havia autocolantes nos saquinhos, porque esse facto transformava uma ação de solidariedade extraordinariamente bonita e aplaudível numa indignidade. -----

O eleito local Bruno Gomes, em resposta, disse que apenas queria dizer que naquelas coisas não tinha nada a esconder e quem o conhecia sabia bem que não

ATA DE 28 DE FEVEREIRO DE 2014

andava ali com *show-off* e era muito sincero. Comunicou que tinha feito a distribuição durante duas tardes, em que uma delas não havia autocolantes absolutamente nenhuns, na outra tinha feito a distribuição com a mãe de uma militante da Juventude Socialista que, por sinal do lado dela, tinha aqueles autocolantes, os quais não eram do Partido Socialista, mas sim da JS e, sinceramente nem diziam Juventude Socialista. Essa senhora tinha colocado e, não devia ter sido em todos, os autocolantes nos sacos para os identificar. Mas era muito sincero e o Dr. José Manuel Duarte podia fazer aquilo que quisesse e podia dizer aquilo entendesse, pois não tinha sido ele a colocar os autocolantes. E, estava certo que a senhora não o tinha feito com intenção de fazer publicidade ou tentar ganhar o que quer que fosse com aquela atitude mas sim proceder à sua identificação. Era sincero e não queria levar aquilo para a parte partidária, nem política nem do *show-off*. Não se identificava como sendo presidente do Partido Socialista, até porque as pessoas o conheciam mais pelo acordeón. Afirmou que tinha ficado muito sensibilizado com tudo aquilo que tinha visto e esperava bem que a Câmara Municipal pudesse resolver dois ou três casos. Não tinha tido qualquer intenção porque se quisesse ter, não era com aquele tipo de campanha.-----

A eleita local Catarina Martins, no uso da palavra, afirmou que o Bruno e a Sofia já tinham dito quase tudo e era só para encerrar aquele assunto. Afirmou que a campanha tinha adotado o nome de juventude solidária, porque além de ter sido desenvolvida pela Juventude Socialista, tinha tido outras pessoas que não eram militantes associadas. Tinha sido divulgada como sendo da Juventude Socialista nas redes sociais, tal como a Juventude Social Democrata tinha organizado uma naquela altura. O Bruno tinha participado na distribuição durante uma ou duas tardes. Ele não só era militante do PS como da JS, tinha menos de 30 anos, estava de saída tal

como a Sofia. Infelizmente o PS de Ferreira do Zêzere não tinha dinheiro para sacos, por isso se o PSD tivesse um, que o trouxesse para verem. -----

O Presidente da Câmara, em conclusão, disse que apenas lhes lançava o desafio de imaginarem que tinha sido o Partido Social Democrata a fazer aquilo. -----

Intervenção do Público -----

1.- Intervenção e esclarecimento ao público nos termos do art.º 49.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Não houve intervenções. -----

Período da Ordem do Dia -----

1.º- Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade e situação financeira do município, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 25 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

O eleito local Paulo Rodrigues interveio dizendo que a sua questão tinha a ver com a rubrica “*outros credores*”, onde estava quase 20% do valor das dívidas de terceiros a curto prazo, e gostava de ser esclarecido sobre o que representavam aqueles “*outros credores*”. -----

O eleito local Eduardo Mendes, no uso da palavra, desejou boa noite a todos os presentes, e nos termos regimentais, usando aquele lugar, que era o adequado e falando de pé, por respeito a quem o tinha elegido em momento próprio. Aproveitou para endereçar ao Sr. Presidente da Mesa votos de felicidade na condução dos trabalhos mas assistia-se, por boas razões, a uma grave infração disciplinar daquela Assembleia. Na Mesa não se usava fazer perguntas ao Sr. Presidente, ou seja, quem estava na mesa e queria usar dessa prerrogativa, abandonava a mesa enquanto interventor. Estava escrito no regimento, era para cumprir. Queria desejar ao Sr. Luís Pereira os votos de rápido restabelecimento mas achava que aquelas coisas

ATA DE 28 DE FEVEREIRO DE 2014

eram para cumprir, pelo respeito que se devia uns aos outros. Mencionou que gostaria de se dirigir ao Sr. Presidente da Câmara, porque aquele relatório de atividade municipal não estava à disposição do público e gostaria que aqueles documentos, quando lhes eram enviados, fossem colocados *on-line* na página da Câmara para que os senhores munícipes, as pessoas que ali vinham, as quais tinham resolvido prescindir de um bocado da sua noite, da sua televisão, da sua lareira, que saudava vivamente por isso, soubessem do que é que se estava a falar. Falava-se ali de um relatório de onze páginas, nas quais o Sr. Presidente da Câmara lhes dava conta do que se tinha feito na área social, na área cultural, na área educativa, na área do desporto, da administração direta, das obras municipais, do ordenamento do território, da proteção civil e, ainda um conjunto de notas finais, dando conta de acontecimentos que, provavelmente, os senhores não sabiam o que era. E, portanto, fazia aquele apelo para que a documentação que viesse à Assembleia Municipal e, portanto documentação pública, fosse de acesso a todas as pessoas para que estas pudessem acompanhar e tivessem conhecimento da atividade municipal pelos documentos e pela realidade, não pelo *diz-que-disse* nem pelo voluntarismo de alguns colaboradores, que escreviam na imprensa e nas redes sociais, dizendo coisas que não correspondiam à realidade ou que eram escritas, na expressão muito bonita do Dr. José Manuel Duarte, na espuma dos acontecimentos. E isso levava-os a traírem-se, ou seja, a mesma pessoa que afirmava que, na Câmara, um dos problemas da zona industrial era a falta de rendimento, a falta de emprego, e dizer que uma das razões pela qual as pessoas não vinham, era pelo custo dos terrenos e depois ouvir falar ali em terrenos a um cêntimo. Portanto, das duas, três. Ou não sabiam fazer contas, ou não sabiam do que estavam a falar ou estavam a querer lançar poeira para os olhos. Afirmou que se tinha de ser sério na política, não

ATA DE 28 DE FEVEREIRO DE 2014

bastando dizer que se era, tinha-se que o ser na prática. Pedia desculpa aos senhores deputados municipais que tinham os documentos à frente, mas as pessoas não os tinham. Uma das coisas que se tinha falado é que a Câmara devia muito dinheiro e, de facto, devia. A Câmara devia a terceiros de médio longo prazo 6.338.500,94 €, e ainda de curto prazo 1.291.825,92 € e, se se fosse verificar era bastante dinheiro mas, a Câmara podia dever muito mais. Informou que estava estabelecido na lei um limite até ao qual as Câmaras se podiam endividar e, no caso da Câmara de Ferreira do Zêzere, e à data de 31 de dezembro de 2013, ainda com a ressalva de que eram dados provisórios, a Câmara Municipal poderia ter, ainda, mais 2.537.435 € de endividamento líquido. Poderia dever a longo prazo mais 2.046.000 €. Era bom que não devesse. Mas dizer que a Câmara devia tanto e que o futuro de todo o concelho estava hipotecado, ia alguma diferença. Era bom que todos vissem essa diferença à realidade dos fatos e fizessem juízos corretos sobre números corretos, e não sobre coisas imaginárias porque, mesmo a noção de grande, a noção de pequeno, dependia da opinião no momento, das pessoas com quem se estava. -----

O eleito local Bruno Gomes, em resposta, afirmou que às vezes devia estar calado mas estava-lhe no sangue, e não conseguia. Mencionou que não tinha dito que a zona industrial tinha preços elevados ao nível dos terrenos, o que tinha dito era que o preço elevado dos terrenos eram os argumentos mais ouvidos na boca dos empresários. Não tinha escrito aquilo e queria que ficasse claro que tinha aprovado o regulamento, tinha entendido que ele era justo. Portanto, não o podia acusar do que tinha dito. E achava bem que aquilo ficasse ali clarificado. Não tinha dito que o preço era elevado, porque achava que 2,50 € não era elevado. Não conhecia a realidade de todas as outras zonas industriais dos concelhos envolventes, o que dizia era aquilo que ouvia dos empresários. E dizia mais, não tinha a culpa que o Dr.

ATA DE 28 DE FEVEREIRO DE 2014

Eduardo Mendes estivesse em Lisboa e que não conhecesse a realidade do concelho ou que pelo menos não conhecesse a realidade dos empresários que, porventura, se queriam fixar no concelho. E às vezes ficava um bocado transtornado por isso porque uma coisa era a realidade que o Dr. Eduardo Mendes conhecia em Lisboa, outra coisa era a realidade que o próprio conhecia todos os dias no concelho. E se o Dr. Eduardo Mendes não achava que o endividamento da câmara condicionava o presente e o futuro, queria que ele lhe dissesse o que é que tinha sido feito nos últimos quatro anos. Não estava a dizer que a Câmara era mal gerida nem estava a dizer que estava supra endividada, estava era a dizer que o endividamento da Câmara Municipal condicionava o presente e, se calhar não era culpa daquele Presidente de Câmara. Acreditava que o Presidente se via com dificuldades para gerir um orçamento como aquele mas, não se podia dizer que a Câmara estava bem a nível de contas. Referiu que estava como ele, que tinha uma casa para pagar e condicionava-lhe a sua vida diária. Se se podia endividar mais, podia mas sabia que o teria que pagar ou se calhar teria de abdicar de outras coisas, como os livros e a alimentação para os alunos, tema tão acarinhado no concelho. -----

O eleito local Eduardo Mendes, em resposta, afirmou que não ia dizer tudo aquilo que estava a pensar porque não mereciam e tinham mais que fazer do que ouvir desabafos e coisas que não correspondiam à verdade. Afirmou que era evidente que o Sr. Bruno não tinha dito, o Sr. Bruno tinha escrito. Era diferente. O Sr. Bruno dizia o que os empresários diziam. Ora com o conhecimento que ele tinha, e se tendo ele talvez presentemente algum gabinete, o qual não conhecia mas, ainda bem que o Partido Socialista tinha esse gabinete de ligação aos empresários que vinham cá à zona. Pensava que os empresários pediam aos serviços mas, pelos vistos havia um canal privilegiado, mas esse canal também não andava a funcionar lá muito bem

ATA DE 28 DE FEVEREIRO DE 2014

porque, a Câmara não funcionava sem trazer para cá pessoas mas os contactos com o Partido Socialista, pelos vistos, não tinham funcionado muito bem nesse sentido. Depois quanto à questão dos saldos, não lhe tinha atribuído, que o recordasse o Sr. Bruno, a responsabilidade por essas afirmações. Se se tinha picado, cardos comia, como dizia o povo. Informou que o Sr. Bruno Gomes não tinha acertado no sítio onde morava e tinha ficado a muitos quilómetros de distância. Às vezes, quem está no meio da floresta, preocupava-se muito com as árvores mas esquece-se da floresta. E, se calhar o Sr. Bruno anda muito preocupado com as árvores que estão perto de si e não consegue distanciar-se dos problemas e vê-los à distância suficiente para se aperceber da realidade do território, da realidade nacional, e até às vezes de algumas implicações internacionais, tropeçando continuamente nas raízes à sua volta. Mas isso eram opções e maneiras de estar. Disse ao Sr. Bruno Gomes que não se preocupasse onde vivia ou com o que conhecia sobre Ferreira do Zêzere, mas que se preocupasse com o seu conhecimento, se preocupasse em ter propostas concretas, se preocupasse numa análise verdadeira, sustentada, real e em propostas concretas para Ferreira do Zêzere. Ficava satisfeito, pois parecia que o Sr. Bruno Gomes já tinha perdido o seu entusiasmo de ser o próximo Presidente da Câmara e da alternância que tinham prometido do Partido Socialista porque já dizia que o Sr. Presidente tinha arranjado um problema *danado* para a próxima eleição com o número de vereadores. -----

O eleito local Bruno Gomes, em resposta, disse que o Dr. Eduardo Mendes via o problema pelo lado do copo meio vazio, ele via pelo lado do copo meio cheio e ir-se-ia andar ali o tempo todo. Ficava extremamente contente que o Dr. Eduardo Mendes e algumas pessoas do seu partido dissessem, constantemente, que havia possibilidade de ser candidato à Câmara Municipal dali a quatro anos, pelo menos

ATA DE 28 DE FEVEREIRO DE 2014

entendiam que o podia ser e devia ter alguma credibilidade para isso. A Câmara tinha, de facto, aberto um precedente e estava certo que o Partido Socialista iria ganhar a Câmara em 2017. O Partido Socialista não teria o terceiro vereador a tempo inteiro, ficava já ali essa nota, que se podia registar. -----

O eleito local Armando Alexandre solicitou o uso da palavra para deixar o seu protesto pelo que o Dr. Eduardo Mendes chamou de “grave infração disciplinar”. Em mandatos anteriores, membros da mesa do PSD fizeram o mesmo e nunca ninguém se opôs. -----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal interveio questionando o Sr. Bruno Gomes sobre a sua alusão a que em quatro anos não se tinha feito nada. Relembrou-o que se tinha feito um centro escolar que tinha custado € 4.400.000,00, tinha-se terminado o mercado municipal, o qual tinha custado € 3.200.000,00, tinha-se feito a regeneração urbana e o parque verde, perfazendo um total de € 3.000.000,00, mas se calhar para o Bruno Gomes isso não eram grandes obras. Estando numa de marcar pinheiros, como os gatos fazem, e estando-se a falar de 2017 e, para que não o acusem de ter medo e, como o Partido Socialista já tinha assumido que estava ganho em 2017, ficavam já a saber que se estiver vivo e bem de saúde podem contar com ele para ser o adversário deles, para o derrotarem em 2017. Se calhar não seria mau também que o Partido Socialista informasse quem será o seu candidato para, ao longo dos três anos, ir marcando mais uns pinheiritos. Pois com tanta certeza de que iam ganhar, já deviam de ter candidato. -----

O eleito local Carlos Martins interveio dizendo que até estava assustado porque aquilo parecia mais uma partida de pingue-pongue do que uma sessão da Assembleia Municipal mas a sua intervenção era só no sentido de esclarecer e não era apoiar A, B ou C mas sim esclarecer. Mencionou que o regulamento do parque

ATA DE 28 DE FEVEREIRO DE 2014

industrial, salvo erro, tinha lá um preço e o Sr. Presidente que o corrigisse, de € 50,00 o metro e, a confusão estava aí. Ou seja, quando se dizia que os preços iam de um cêntimo a dois euros e qualquer coisa, o regulamento tinha sido feito numa altura em que havia alguma expectativa de vinda de empresas e havia que limitar um pouco esses ditos armazéns que, não queria dizer que não criassem postos de trabalho mas, na altura a ideia era precisamente limitar, ou seja, atribuir mais ou menos o preço de custo por metro quadrado do custo da zona industrial para que esses que se quisessem lá instalar, não teriam a sua instalação vedada pela Câmara mas o preço seria mais elevado. E, essa história do ser caro vinha, precisamente, daí porque existiam alguns indivíduos que queriam colocar esses armazéns que, eventualmente, criavam algum emprego mas o regulamento não permitia esse preço baixo. Portanto, tinha de se dizer a verdade toda e não ficar ali só com meias verdades. Estava-se aqui a falar de certas coisas mas convinha esclarecer tendo a dúvida do preço alto a ver com essa situação. -----

O Sr. Presidente da Câmara interveio novamente porque não tinha respondido ao Dr. Paulo Rodrigues pelo que pediu desculpa. Esclareceu que na rubrica de “outros credores”, tal como o POCAL dizia, uma das coisas que podia conter eram cauções dos empreiteiros. Como sabiam, os empreiteiros prestavam caução à Câmara, e tinha de se ter o dinheiro sempre de lado para eles. Portanto, o valor de cauções de empreiteiros que estivesse ali estava sempre na conta bancária também. Logo, eram operações de tesouraria que estavam sempre disponíveis para pagamento. Atualmente, aquele valor tinha vindo a baixar, porque tinha saído uma legislação que, para injetar dinheiro na economia, facilitava o reembolso das cauções. Ou seja, era mais fácil os empreiteiros receberem porque antes, só recebiam no final da garantia toda da obra e presentemente, durante a garantia de obra, iam recebendo

ATA DE 28 DE FEVEREIRO DE 2014

15% ou 20% ao ano, dependendo do passar dos anos. Ao Sr. Carlos Martins agradeceu por ter introduzido aquela explicação do preço para armazéns, porque estava a ver zona industrial como indústria. Efetivamente, havia aquela *nuance* dos armazéns porque os armazéns podiam ser construídos noutros locais e, a zona industrial estava feita para receber indústrias que, noutros locais não se conseguiam instalar. Mencionou que, não fazia sentido, estar a entregar terreno infraestruturado, o qual tinha custado muito mais que os 50,00 €, para fazer armazéns para ter apenas uma pessoa ou duas ou até mesmo nenhuma. Informou que, quem queria fazer armazéns, na esmagadora maioria dos casos, tinha terrenos ou conseguia arranjar terrenos onde os poderia construir. Não tinha de ser dentro da zona industrial. Sabia que era mais visível, que era mais fácil, mais simpático, estar dentro da zona industrial com um armazém mas, não se podia estar a suportar terrenos que tinham custado muito mais de 50,00 € para infraestruturar para, depois, estar a ceder para armazéns que não produziam, se calhar a rentabilidade que era necessária para reembolsar aquele dinheiro a médio longo prazo, se é que alguma vez se ia receber ou reembolsar. E, por isso, se calhar alguns se queixavam. Não tinha visto por aquela lógica, tinha visto naquela só dos 2,51€ porque 2,51€ era dado. Mas, se eles achavam que 50,00 € era caro, era mesmo bom que achassem. Era sincero. Aquele terreno tinha de ser para indústria porque tinha-se dificuldade e nos próximos anos não iria haver uma nova zona industrial em Ferreira do Zêzere. Se se fosse enxamear a zona industrial com armazéns, qualquer dia aparecia aí uma empresa que queria mesmo instalar-se como indústria e, não havia terreno. E, depois não se podia pôr no sítio porque estava lá um armazém. Portanto, ainda bem que o Carlos Martins tinha feito aquela nota porque lhe tinha passado completamente ao lado e não tinha sido para tentar tapar, estava apenas a ver ali o preço para a indústria e não se tinha

lembrado dos armazéns. -----

O eleito local Aurélio Nunes quis apenas que fosse esclarecida uma questão pois inicialmente pensou que “outros *credores*” englobavam a parte de amortização dos empréstimos a pagar no ano. -----

O Sr. Presidente da Câmara, em resposta, mencionou que estava a perceber a questão do Dr. Aurélio e que era mesmo uma questão à economista ou técnico oficial de contas. Informou que um dos princípios da contabilidade, era o princípio da especialização ou da especialidade, que queria dizer que a 1 de janeiro de todos os anos, pegava-se na fatia dos empréstimos a médio e longo prazo e passavam-se para curto prazo. Mencionou que era uma questão que estava em cima da mesa há muitos anos, não só nesta câmara como noutras câmaras havendo duas correntes, pelo menos, em que havia inspetores que defendiam uma coisa e outros defendiam outra, mas não era o caso. Aquilo era mesmo só cauções. Ainda não se estava a fazer essa transferência da fatia do próprio ano para curto prazo. Portanto, era uma dúvida bem colocada mas eram mesmo apenas cauções e se fosse o valor do ano referente a empréstimos seriam cerca de 550 mil euros, sensivelmente. Referiu que era uma questão muito válida, via-se que tinha lido os números e agradecia-lhe por isso. Era sempre bom ter alguém do outro lado que olhasse também para as coisas. Esperava que para o ano seguinte estivesse criada já a possibilidade daquilo acontecer. Mas, também não escondia que, pessoalmente, lhe agradava aquela situação porque ajudava a melhorar os números. -----

2.º- Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para abertura de procedimento concursal para o recrutamento excecional de um trabalhador, para preenchimento de posto de trabalho previsto e não ocupado no Mapa de Pessoal de 2014, nos termos do n.º 2 do art.º 64.º da LOE 2014. -----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal informou que o objetivo daquele procedimento era preventivo, pois tinha havido, em janeiro, mais uma aposentação de um motorista de pesados do transporte coletivo de crianças. E isso tinha criado uma brecha nos motoristas porque nos últimos anos tinham vindo a sair. Tinha-se conseguido, por enquanto, com alguma engenharia e prejudicando outros trabalhos, porque uma das pessoas que estava a fazer os transportes de crianças era o homem que, habitualmente, andava com a niveladora. Portanto, de manhã, ele fazia transportes, mudava de fato e ia fazer umas horas com a niveladora e depois voltava a mudar de fato e ia transportar crianças. Estava-se já a avançar com aquele procedimento porque se acreditava que poderia não vir a ser necessário mas só se tinha certeza disso aquando do fecho das inscrições das escolas. Isso só aconteceria em maio mas ainda havia pessoas em agosto e setembro a inscrever crianças, portanto, só se iria ter o quadro final lá muito mais para a frente. E se se estivesse à espera dessa altura, seria tarde. Portanto, preventivamente, ir-se-ia avançar com o procedimento se a Assembleia assim o entendesse. Mencionou que se não viesse a ser preciso, não se contratava a pessoa, se viesse, já se tinha o procedimento feito, ganhava-se tempo e avançava-se. De qualquer das maneiras, não era ninguém a mais, era para substituir uma pessoa que se iria aposentar. Portanto, não era mais despesa, era a mesma despesa com outra pessoa. -----

Colocada a votação a proposta da Câmara Municipal para abertura de procedimento concursal para o recrutamento excepcional de um trabalhador, foi, a mesma, aprovada por maioria, com 12 votos a favor do Partido Social Democrata, 10 abstenções do Partido Socialista e zero votas contra. -----

3.º- Apreciação e votação do projeto de Regulamento Municipal dos Serviços de Abastecimento de Água, Saneamento e Águas Residuais, nos termos da alínea

g) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Não se verificaram intervenções. -----

Colocado a votação o projeto de Regulamento Municipal dos Serviços de Abastecimento de Água, Saneamento e Águas Residuais, foi, o mesmo, aprovado por maioria, com 12 votos a favor do Partido Social Democrata, 10 abstenções do Partido Socialista e zero votos contra. -----

4.º- Apreciação dos compromissos plurianuais efetuados ao abrigo da autorização da Assembleia Municipal de 21 de dezembro de 2012 e 1 de novembro de 2013, conforme n.º 1 do art.º 6.º da Lei 8/2012. De 21 de fevereiro.-

O Sr. Presidente da Câmara Municipal usou da palavra para dizer que estavam 12 mil euros em taxas anuais de manutenção da AIRC portanto, daqueles duzentos e tal mil euros, 12 mil iam embora. Mencionou que, se calhar os duzentos e tal mil não eram assim tão exagerados quanto isso. Quanto ao resto eram pequenas coisas, eram mais 1.845 € para a Construlink, que era a plataforma de contratação pública, mais atualização de *software* e substituição da *firewall*. E, por último, 70 € em serviço de alojamento no domínio de Ferreira do Zêzere, também, o qual tinha a ver com informática. Portanto, tinham sido aquelas quatro verbas que, entretanto, se tinham gasto. -----

Não se registaram mais intervenções. -----

O Presidente da Câmara solicitou de novo o uso da palavra para informar, ainda, que havia uma petição, elaborada pela Câmara Municipal e pela ordem dos advogados, para juntar à ação pública dos municípios contra o encerramento do Tribunal. Mencionou, para quem quisesse subscrever, que a colocava na mesa pelo que podiam passar e subscrever. E pedia aos Presidentes de Junta que, se se quisessem juntar àquela causa, levassem também um papel para ter nas respetivas

